

2.

Ensino Superior e pobreza em tempos neoliberais: algumas reflexões

“Estou convencido de que só há um modo de eliminar esses males tão graves, a saber, através do estabelecimento de uma economia socialista, acompanhada por um sistema educacional orientado para objetivos sociais. [...] A educação do indivíduo, além de promover suas próprias habilidades inatas, tentaria desenvolver nele um senso de responsabilidade por seus semelhantes em lugar da glorificação do poder e do sucesso, como em nossa sociedade atual.” Einstein, Albert. Por que o socialismo? Publicado na revista *Monthly Review*, em maio de 1949.

Na atual conjuntura brasileira muito se discute sobre o capitalismo contemporâneo e suas formas de expressão: o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização. Estes são elementos que influenciam, ou até mesmo, determinam o planejamento e a execução das políticas sociais.

Segundo Chauí (1999), o capitalismo contemporâneo tem como características: o desemprego estrutural; a dominação do monetarismo e do capital financeiro; a flexibilização das relações de trabalho, através da terceirização da mão-de-obra e de formas de tornar a empresa enxuta de gastos principalmente os sociais; a privatização de empresas e serviços públicos; e ainda, a polarização de classes sociais configurada entre a opulência absoluta e a indigência absoluta.

O neoliberalismo, segundo a autora, corresponde ao imaginário social, que busca justificar as condições materiais apresentadas anteriormente, ou seja, é a ideologia que orienta as ações no capitalismo contemporâneo.

Para Fiori (1998), as idéias neoliberais resistiram ao *Welfare State*, implantado nos países centrais, durante a década de 60. Na década de 70, o neoliberalismo toma força, muito se deve a chamada, crise econômica, principalmente no que diz respeito a crise do petróleo nos Estados Unidos da América. A implementação das políticas de ajuste neoliberal iniciam-se na década de 80, com a chegada de políticos liberais-conservadores no governo de alguns países, dentre eles: 1979 – Thatcher, na Inglaterra; 1980 – Reagan, nos EUA e 1982 - Helmut Kohl, na Alemanha. As políticas públicas implementadas

por Thatcher estavam baseadas no que o autor chama de “tripé básico do neoliberalismo”, constituído por desregularização do mercado financeiro, privatização de serviços e de empresas públicas, além de abertura comercial do país.

As bases ideológicas neoliberais fundamentam-se em ações que visam à despolitização dos mercados e à liberdade absoluta dos capitais financeiros e dos indivíduos. Essas características estarão presentes nas agências internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outras), que atuam nos países de economia considerada periférica, entre eles os países da América Latina, inclusive o Brasil, visando o ajuste econômico neoliberal.

Considerando-se que o ajuste proposto seja um processo histórico e político, percebemos que este acarreta um programa de reformas, implementadas com vigor na América Latina, a partir da década de 80, através de um conjunto de propostas orientadas para reduzir o déficit público e estabilizar a economia dos países latino americanos.

Segundo Gentili (1998), o chamado Consenso de Washington foi um momento histórico, onde se estabeleceu um conjunto de propostas e discursos que passaram a influenciar nas decisões governamentais, elaborando um receituário para enfrentar e superar a crise econômica.

“A expressão *Washington Consensus* foi utilizada pela primeira vez por John Williamson, pesquisador do Institute for International Economics, um dos mais célebres *think tanks* norte-americanos. O programa de ajuste e estabilização proposto no marco desse ‘consenso’ inclui dez tipos específicos de reforma que, assinala Williamson, foram quase sempre implementados com intensidade pelos governos latino- americanos a partir da década de oitenta: disciplina fiscal; redefinição das prioridades do gasto público; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; manutenção de taxas de câmbios competitivas; liberalização comercial; atração das aplicações de capital estrangeiro; privatização de empresas estatais; desregulação da economia; proteção de direitos autorais.[apud Portella Filho, 1994. In: GENTILI, 1998p.14]

É esse conjunto de propostas que irá determinar as políticas desenvolvidas na América Latina e mais especificamente, no Brasil. No campo da educação o Consenso de Washington trará propostas neoliberais para delinear as políticas, desenvolvendo uma série de argumentos para impor sua ideologia.

A principal idéia é de que o Estado não deve intervir nas políticas sociais, e seus argumentos, segundo Gentili (1998), fundamentam-se em três premissas: 1) Os governos são inaptos a desenvolver qualidade e quantidade no âmbito das políticas sociais; 2) Nos países da América Latina, os índices de exclusão educacional representam a falta de eficiência dos governos; e 3) O Estado interventor não é capaz de combinar critérios de igualdade e universalização de direitos nas políticas sociais.

Assim, uma das soluções neoliberais para os problemas gerados pelo Estado interventor se apresenta na entrada do mercado como regulador das políticas educacionais, promovendo uma lógica interinstitucional, flexível e meritocrática, tendo como resultado dessa intervenção a reprodução do sujeito nos moldes do neoliberalismo. Tal modelo, por sua vez, define a educação enquanto capital humano, de responsabilidade individual e gerado a partir das escolhas privadas, ou seja, um ser privatizado, responsável, dinâmico e consumidor.

A fim de corroborar com a discussão, Frigotto (1998) aborda a questão da influência das políticas neoliberais na educação e na formação do homem, afirmando que a introdução de conceitos-chaves como autonomia, descentralização, flexibilidade, individualização, pluralidade e poder local favorecem a fragmentação do sistema educacional e dos processos de construção do conhecimento.

Para o autor, as políticas desenvolvidas com propósitos neoliberais se expressam através de ações concretas, tais como: 1) O fornecimento de subsídio do Estado ao capital privado; 2) O incentivo à criação de novas modalidades de escolas, entre elas, as comunitárias, as de organizações populares e de cooperativas; 3) A adoção de escolas públicas por empresas privadas, consideradas como filantropia (as chamadas parcerias público-privadas); 4) O surgimento de ONGs que atuam na educação, disputando financiamento público.

O ajuste neoliberal, ocasiona o desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, que têm como consequência os cortes relativos aos gastos sociais. O novo modelo age apregoando medidas como a diminuição de programas sociais, esgotamento de benefícios da seguridade social e incentivo a velhas formas de ajuda social, configuradas em filantropia empresarial,

privatização de políticas sociais e solidariedade informal praticada através das relações sociais estabelecidas no cotidiano da vida social.

A educação e a assistência social, enquanto políticas sociais encontram-se no contexto apresentado anteriormente. Contudo, vale ressaltar o que compreendemos por educação e assistência social.

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, previsto na Constituição Federal de 1988², delineado entre os artigos 205 e 214, onde se estabelecem as competências e princípios norteadores da educação. Segundo Freire (2007), a educação é uma busca realizada pelo homem, tem caráter permanente, pois ele é um ser inacabado. Desta forma, ele não possui o saber de maneira absoluta, havendo necessidade de estarmos nos educando sempre, através da superação constante das diferentes formas de saber.

A assistência social também é um direito. Previsto na Constituição Federal de 1988³, faz parte da seguridade social e deve ser garantida pelo Estado, assim, como a educação. Para Pereira (2001), a assistência social é uma categoria que possui múltiplas dimensões: a política, devendo ser ao mesmo tempo – racional (resultado de decisões coletivas articuladas para responder a realidade), ética (combate a iniquidade social como responsabilidade moral) e cívica (tem vínculo com os direitos de cidadania); a de política pública, reconhecida através da Constituição de 1988 como direito de cidadania e ainda enquanto direito pertence ao grupo de direitos sociais que atua na promoção da equidade e da justiça social, exigindo para isso ações de intervenção Estatal.

A política de assistência social no Brasil, em tempos neoliberais, enfrenta a redução de gastos sociais como as demais políticas sociais. Um dos espaços de atuação da assistência social, enquanto política de governo são os programas de transferência de renda. Tomemos como referência de ação conjunta entre educação e assistência social o Programa Bolsa Família (PBF), por ser considerado um programa intersetorial de combate à pobreza, que ainda contempla ações na área de saúde. Essa integração é reconhecida como

² Para além da Constituição Federal de 1988, a educação é regida por normas específicas e leis complementares. A principal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI nº9394/96).

³ Assim como a educação, a assistência social possui uma lei complementar. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (LEI nº 8742/93). Atualmente a assistência social encontra-se em processo de implementação da Política Nacional de Assistência Social, via Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

fundamental pelo governo federal, na medida em que se constitui a base para a realização do programa.

Segundo Fonseca e Viana (2006), os programas de transferência de renda e combate à pobreza realizados pelo atual governo devem se aliar às demais políticas sociais com o objetivo de promover transformação social. O PBF tem como uma de suas características, a condição de recebimento do benefício ao cumprimento de determinadas obrigações, vinculadas a outras políticas sociais (educação e saúde). Uma das ações de integração pode ser exemplificada a partir do controle da frequência escolar, considerando a escola como uma instituição fornecedora de dados para a execução da política.

O campo de combate à pobreza é considerado de responsabilidade estatal, este deve dirigir suas ações para os mais pobres e miseráveis. Do ponto de vista político esta ação focalizada leva a fragmentação da classe trabalhadora, e do ponto de vista social ela está atrelada às contradições do mundo do trabalho contemporâneo. Este tema será mais bem retratado no que se refere à pobreza, enquanto condição imposta pelo capital a histórica classe-que-vive-do-trabalho⁴.

As políticas emancipatórias de garantia de direitos, consideradas o oposto da lógica neoliberal vigente, como as que visam o direito à saúde, à educação, à habitação, entre outros, estão sendo substituídas por políticas focalizadas, como o Programa Bolsa Família (PBF), os direitos tornam-se, cada vez mais, privatizados de acordo com a possibilidade de consumo de um determinado direito, tornando-os um bem. Um exemplo muito nítido deste movimento é a política de saúde, cada vez mais sucateada e privatizada.

No entanto, a pobreza é resultado da desigualdade social e uma das expressões da questão social⁵ na qual está inserida a classe-que-vive-do-

⁴ A classe-que-vive-do-trabalho é um conceito apresentado por Antunes (2005), onde o autor agrega à classe trabalhadora os considerados 'formais e informais'. "Uma noção ampliada de classe trabalhadora deve incluir também todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando-se além do proletariado industrial e os assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorpora o proletariado precarizado, subproletariado moderno, *part-time*, o novo proletariado dos *Mc Donald's*, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal' – que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital - , além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo de produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural." (ANTUNES, 2005, p.60)

⁵ Entendemos questão social como o conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos, decorrentes da contradição entre capital e trabalho, portanto, fundado no antagonismo entre classes. "A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social da contradição entre proletariado e

trabalho, sendo assim, o objeto de políticas sociais focalizadas, em consonância com o modelo de ajuste neoliberal.

“[...] o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais. Passa a existir um outro projeto de ‘reintegração social’, com parâmetros distintos daqueles que entraram em crise a partir dos anos 70. Os *pobres* passa a ser uma nova ‘categoria classificatória’, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de ‘pobre’ por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existem, ‘naturalmente’, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam fora.” [SOARES, 2002, p.12-13].

Na atualidade, a pobreza é tratada como ‘problema’ do Estado, cabendo a ele a sua resolução. Ao sistema neoliberal cabe as diretrizes de enxugamento da máquina estatal para que o mercado possa atuar. A pobreza, como abordada por diferentes autores é enfrentada pelo estado a partir de políticas focalizadas como o PBF. Contudo, faz-se necessário a compreensão do conceito de pobreza, sua construção histórica e rótulos criados para população pobre brasileira, para isso faremos um apanhado do século XIX até o século XXI.

Segundo Sales (1994), a cultura da dádiva é a expressão política da desigualdade social, baseada nas relações de mando e subserviência. A autora concebe as relações da sociedade brasileira com base em autores clássicos como: Gilberto Velho, Sergio Buarque de Holanda e Vitor Nunes Leal, estudiosos da construção da sociedade brasileira, até a República Velha, ou seja, virada do século XX.

O monopólio do mando está associado à violência praticada pelo senhor de terras contra seus escravos, tendo como expressão maior o Estatuto da Escravidão, regulamentado pelos três pês – pão, pau e pano. Essa concepção é estendida aos homens livres, que precisavam das dádivas do senhor para determinados favores. Sendo assim, o senhor possui status e poder em determinada localidade. Mais tarde, a figura do senhor é personificada no coronel.

A pobreza do brasileiro, para a referida autora, está ligada à submissão política e social, justificada pela manutenção da ordem social, em consonância com o interesse dos que detêm os meios econômicos, conseqüentemente, o

burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” [IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p.77]

poder local, mudando de nome na história, de senhor de terras para coronel e, atualmente, figurado por alguns políticos.

“A vinculação pobreza – submissão, mais que uma marca da cultura política, herdada do monopólio de mando pelo domínio territorial, é uma marca desse estado de compromisso herdado da nossa República Velha.” [SALES, 1994].

O Brasil se constitui até a República Velha nas relações agrárias de origem escravocrata. Segundo Carvalho (2007), a libertação dos escravos, tem origem nos contratos de exportação de mercadorias, principalmente entre Portugal e Inglaterra. Sendo assim, a libertação dos escravos tem cunho comercial, não emancipatório para o liberto. Um fato histórico importante para este contexto é a homologação da Lei de Terras de 1850, que perpetua o latifúndio, uma vez que todas as terras são de propriedade do governo, devendo ser compradas, contudo, o escravo liberto em 1888, não dispunha de dinheiro para adquirir terras. Assumindo desde a sua ‘libertação’ a condição de destituído.

O crescimento econômico, na virada do século XX, muda o espaço das relações de trabalho do campo para a cidade, da produção agrícola para a industrial. Com as transformações econômicas mudam também as concepções de pobreza.

Segundo Valladares (1991) o conceito de pobreza sofre mudanças ao longo da constituição do país, de acordo com o momento histórico e as análises que se sobrepõem no quadro das políticas. Na virada do século XX, a ordem capitalista impõe o processo de industrialização como mola-mestre do desenvolvimento econômico, baseada na mão-de-obra livre, o que dá início ao processo de migração para trabalho. Todavia, a mão-de-obra existente no Brasil os, ‘ex-escravos’, é considerada desqualificada.

Nas décadas de 50-60, o desenvolvimento econômico trás novas configurações: sociedade urbano-industrial; transformações no nível da estrutura do emprego; deslocamentos populacionais acentuados em busca do trabalho.

Nas décadas de 70-80, a sociedade vive em meio ao período de crise do modelo capitalista industrial, entretanto, há o reconhecimento da chamada ‘economia informal’.

A partir da década de 90, com a implementação das políticas de ajuste neoliberal no Brasil, as relações de trabalho se reestruturam e a pobreza passa a

ser associada ao setor da informalidade, de menor rendimento, e ainda, tem como expressão os processos de terceirização de mão-de-obra que fundamentam a migração de trabalhadores de setores considerados formais para informais. Segundo Carneiro (2005), existem diferentes enfoques da pobreza neste período histórico:

- 1) Enfoque monetário: pobreza como privação de renda;
- 2) Necessidades básicas insatisfeitas: acesso precário a bens e serviços;
- 3) Capacidades: privação de capacidade dos indivíduos para ser e fazer coisas, que julgam relevantes;
- 4) Exclusão social: aspecto das relações sociais, processos, pertencimento, identidade, coesão social;
- 5) Vulnerabilidade social: multidimensionalidade das privações, dimensões objetivas e subjetivas, noção de ativos e estratégias de respostas.

Para a autora, as abordagens mais amplas sobre pobreza são as de exclusão social e de vulnerabilidade social, pois estas consideram variáveis além das monetárias, levando em conta a condição de pobreza associada ao acesso a serviços básicos e ainda relativos a processos de natureza psicossocial.

Uma vez apresentado o panorama geral do assunto, discutiremos a trajetória de construção do conceito de pobreza, suas múltiplas variáveis e abordagens.

A pobreza, no fim do século XIX, emerge como problema aos olhos da elite nacional, influenciada pelo discurso do higienismo, da ordem social e da transformação do homem livre (escravo recém liberto em 1888) em trabalhador, seja ele, rural ou fabril.

No espaço urbano das grandes capitais, segundo Valladares (1991), as epidemias se propagavam por causa das condições insalubres de vida. A arquitetura das casas urbanas favorecia a proliferação de doenças, o local era úmido, pouco arejado e faltava tratamento de esgoto. Eram os chamados cortiços, que se tornaram a expressão da insalubridade, da doença e da pobreza, além de espaço de perdição, da desagregação e do crime.

Frente a esta situação, uma das primeiras medidas governamentais foi à proibição da construção de novos cortiços e fechamentos de vários deles durante a Reforma Urbana de Pereira Passos, realizada no Rio de Janeiro, influenciada pela política higienista de Oswaldo Cruz.

A ideologia positivista de manutenção da ordem social dá base ao discurso sobre a população pobre, considerando-a como uma classe perigosa, uma vez que eram atores de revoltas urbanas e populares contra as políticas vigentes no período. O discurso era dualista, baseado na concepção contraditória entre mundo do trabalho, considerado símbolo da moralidade e o mundo do não trabalho, considerado amoral, associada à vadiagem.

O estigma da escravidão foi um dos fatores importantes desse processo, o ex-escravo estava inapto para a produção, era indisciplinado, ignorante e indolente. Ele deveria sentir vontade de ser um trabalhador assalariado e fabril, para o desenvolvimento da nação.

“O pobre era aquele que não se transformava em trabalhador. Aquele que permanecia fora do mercado de trabalho formal, apenas sobrevivendo.” [VALLADARES, 1991, p. 91].

Neste período, há um exército de pessoas sobrevivendo de ganhos irregulares, ou seja, pequenos serviços que não exigiam qualificação para produção. Estes não eram considerados trabalhadores e sim, malandros. Ironicamente, essas pessoas tinham histórico de escravidão e residiam em cortiços nos meios urbanos. A vadiagem, a ociosidade e a pobreza eram de responsabilidade individual e tinham significado moral.

Nas décadas de 50-60, a pobreza eclode como problema social. A sociedade, reconfigura-se a partir das mudanças associadas ao desenvolvimento econômico, foi a chamada década gloriosa do desenvolvimento econômico. Algumas mudanças podem ser apontadas, dentre elas: A espacial – sociedade urbano-industrial – predominantemente favorecida pelo crescimento no número de cidades com mais de 20 mil habitantes, considerados centros urbanos; As relações de trabalho – transformações no nível de estrutura de emprego – expansão do setor terciário, ou seja, o setor de serviços; O crescimento dos processos migratórios – deslocamento de populações em busca de trabalho nos grandes centros urbanos.

A noção de vadiagem é substituída pela de sub-emprego. A forma espacial da pobreza passa de cortiço para favela. O pensamento econômico do momento era baseado no setor moderno (indústria, relacionada ao emprego), não no setor dito tradicional (atividades artesanais, relacionado ao refúgio das atividades formais). A expressão “biscateiro”, expressa a categoria de sub-

emprego. É importante observar que essa expressão encontra-se presente no discurso do pobre, quando eles chamam as próprias atividades que desenvolvem no mundo do trabalho de ‘pequenos bicos’, fala comum no cotidiano do trabalho do serviço social.

No Projeto FESP – Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio, campo empírico da presente dissertação, a expressão ‘pequenos bicos’ está presente na fala dos alunos, e até mesmo, nos documentos entregues por eles no momento de renovação de seus auxílios. O presente fato mostra que algumas palavras ou expressões ficam impressas no imaginário social da sociedade, e ainda estão presentes no cotidiano da vida social.

Há uma significativa mudança no paradigma da pobreza, na década de 50-60. Nesse contexto histórico, ela é considerada como produto de fatores externos, diferente da responsabilidade individual de ser vadio, discutida na virada do século XX, é assim, um resultado da dinâmica social e da desigualdade.

A teoria da marginalidade social na década de 60 levanta a reflexão sobre pobreza, numa perspectiva de categoria teórica relacionada ao exército de reserva, uma das características do capitalismo. O lugar social que o pobre ocupa neste momento é a favela. Logo, o favelado é o pobre, que por sua vez, ocupa a periferia do sistema econômico, ou seja, é o marginal. Desta forma, pobre é igual a favelado que é sinônimo de marginal.

O critério de renda para definir e medir a pobreza é implementado neste período. Tem início o uso dos termos ‘baixa renda’ e ‘carente’, associados ao pobre, favelado e marginal. A insuficiência de renda para consumo de bens e serviços é um dos determinantes para configurar e mensurar a pobreza, além da localidade de moradia e do tipo de trabalho que desempenha na sociedade.

Nas décadas de 70-80, assistimos à consolidação do processo industrial, que acentuou a desigualdade social, tendo como base a acumulação de poucos e a miséria de muitos. No mesmo período, temos o agravamento do processo de urbanização acelerada que tomou a forma da periferização, diferente do cortiço e das favelas, como visto nos anos anteriores.

“[...] o crescimento rápido e desordenado das franjas metropolitanas a partir de processos de parcelamento do solo levados a cabo por pequenos e médios agentes imobiliários que se especializaram em ‘driblar’ a legislação urbanística, criando loteamentos irregulares, muitas vezes clandestinos.” [VALLADARES, 1991, p. 102].

Desta forma, há uma mudança do espaço urbano ocupado pelo pobre, saindo da favela para a periferia, mudando assim de 'rótulo', deixando de ser favelado para morador de comunidade, embora essa expressão também seja atribuída aos moradores de favelas. Os migrantes passaram a ter a periferia como destino durante este período. Contudo, o espaço da periferia, ou seja, o lugar social ocupado, aliado à condição social de quem ocupa - a pobreza, cria uma identidade coletiva que se organiza em movimentos sociais em prol da luta pelos chamados direitos de cidadania, segundo Valladares (1991).

Vale ressaltar que o Brasil, no fim da década de 70 e durante a década de 80, passava pelo processo de redemocratização, sendo este um período de lutas sociais e de novas formas de organização social, entre elas: partidos políticos, movimentos no setor de habitação (organizações de bairros e favelas), no setor da educação (pré-vestibulares comunitários, educação continuada, alfabetização), na igreja católica (Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, entre outros), no setor rural (Movimento Sem Terra – MST, Liga Campesina, entre outros), no setor urbano (pela posse das terras ocupadas, pela regulação das propriedades, entre outros).

Segundo Gohn (2001), os anos 80, considerados como a década perdida, por muitos autores, foi um momento de perda em diversos aspectos: em qualidade de vida, em aumento dos índices de criminalidade, poluição, epidemias, aumento do desemprego, violência cometida contra crianças, adolescentes e líderes sociais. Entretanto, foi um momento de ganho no que diz respeito ao plano sócio-político.

“[...] A sociedade como um todo aprendeu a se organizar e reivindicar. Diferentes grupos sociais se organizavam para protestar contra o regime político vigente, para pedir 'Diretas Já' para reivindicar aumentos salariais. A sociedade civil voltou a ter voz. A nação voltou a se manifestar através das urnas. As mais diversas categorias profissionais se organizaram em sindicatos e associações. Grupos de pressão e grupos de intelectuais engajados se mobilizaram em função de uma Constituição para o país. Em suma, do ponto de vista político, a década não foi perdida. Ao contrário, ela expressou o acúmulo de forças que estavam represadas até então, que passaram a se manifestar.” [GOHN, 2001, p. 58].

No Brasil, da década de 80, ocorrem mudanças sociais significativas para a ordem societária vigente. Acreditamos que a classe-que-vive-do-trabalho, empobrecida, organiza-se e resiste em diversos campos da sociedade, para além das organizações dos espaços de moradia. Nos diversos movimentos

sociais, brevemente assinalados, dentre eles, os que atuavam na educação, habitação e sindicais.

A divisão social do trabalho vigente continuava na lógica do setor formal versus o informal. O trabalhador formal continuava sendo o que possuía a carteira assinada, o trabalhador informal passava de 'biscateiro' para 'trabalhador por conta própria', mudando assim, a nomenclatura para trabalhador pobre.

A dicotomia ideológica instaurada neste período se expressa a partir da compreensão de que o trabalhador pobre é diferente do bandido. No entanto, a pobreza é explicitamente associada à criminalidade, a figura do bandido, uma das razões é a ocupação do mesmo espaço urbano de moradia, a periferia ou até mesmo, a favela. A pobreza é associada ao que está à margem da sociedade desde a virada do século XX, quando era associada aos malandros, passando pela década de 50-60 quando estava ligada aos vagabundos, chegando aos dias atuais, associada aos incapazes de prover-se, os desempregados.

Durante a década de 80, as políticas de ajuste neoliberal ainda não possuem grande expressão, o que tomará vulto na década de 90, quando se iniciam as práticas de reestruturação do Estado, determinados por acordos internacionais que visam à implementação da lógica neoliberal. Todavia, é necessário compreender quem é o pobre deste momento histórico.

Segundo Albuquerque (1993), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1990 (PNAD 1990), realizada pelo IBGE, os pobres são definidos como pessoas que possuem rendimento familiar per capita mensal igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, valor estabelecido pela chamada linha de pobreza, tendo como referência estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Os pobres no Brasil em 1990 representavam cerca de 27% da população, residiam em sua maioria na região Nordeste, em torno de 55%, já na região Sudeste haviam 25% deles. Segundo Albuquerque (1993), os pobres brasileiros na década de 90 podem ser definidos de acordo com algumas características:

- I. As famílias pobres tendem a ser mais numerosas (47,3% das famílias pobres têm mais de quatro membros);

- II. As rendas das famílias pobres dependem basicamente dos ganhos auferidos pelos chefes de família (75% da renda total das famílias pobres são gerados pelo chefe de família);
- III. As famílias pobres são relativamente mais jovens (51,3% dos chefes de famílias têm menos de 40 anos);
- IV. Aumento na proporção de famílias pobres chefiadas por mulheres (23,6% das famílias pobres são chefiadas por mulheres);
- V. Os chefes de família que se declaram de cor preta (ou parda) são proporcionalmente mais numerosos entre os pobres (54,6% dos chefes de família pobres são pardos);
- VI. Os chefes de família mais pobres estão mais submetidos a relações informais de trabalho, ou exercem, proporcionalmente, mais atividades por conta própria (56,3% dos chefes de família pobres não possuem carteira assinada);
- VII. As atividades econômicas dos chefes de família pobres tendem a se concentrar nos setores de baixa produtividade (55,3% dos chefes de família trabalham na agricultura; nas regiões metropolitanas 27% estão no setor de serviços e 15,8% no setor da construção civil);
- VIII. Os níveis educacionais dos chefes de família pobres são muito baixos (84,2% dos chefes de família pobres têm menos de quatro anos de estudo).

A pobreza no Brasil aponta para a perpetuação das condicionantes da desigualdade social, apresentadas anteriormente. A sociedade da virada do século XX até a atualidade, percebe os pobres como ‘agentes’⁶ dos espaços considerados marginais.

Na década de 90, os pobres são predominantemente, os trabalhadores considerados informais, chamados de: ‘trabalhadores por conta própria’, ou, pessoas que fazem ‘pequenos bicos’, entretanto, preferimos identificá-los como classe-que-vive-do-trabalho, a noção ampliada da classe trabalhadora.

⁶ No presente contexto, acredito não ser apropriado me referir aos pobres como pessoa, pois essa palavra pressupõe dignidade, todavia, acredito que a condição de pobreza em si é um afronte ao princípio de dignidade da pessoa humana, entendida como um dos princípios dos Direitos Humanos.

De acordo com dados apresentados por Albuquerque (1993) podemos verificar características comuns aos pobres, são elas: têm pouca escolaridade, sendo assim, ocupam espaços de trabalho de pouco prestígio social, logo, ganham os menores salários; são em sua maioria negros; as famílias têm um maior número de membros; têm baixo nível educacional, e finalmente, o aumento no número de mulheres pobres chefes de família. Abordaremos brevemente o tema, com o objetivo de complementar a reflexão sobre o quadro da pobreza no Brasil.

Segundo Ammann (1997), as pesquisas sobre feminização da pobreza associam a pobreza a questões relacionadas a gênero, isto é, elas tomam como pressuposto que a pobreza afeta de forma desigual mulheres e homens. Nesta perspectiva, as mulheres estariam mais vulneráveis à pobreza por conta de sua função reprodutiva. A responsabilidade por gerar e cuidar dos filhos impediriam as mulheres de dedicar mais tempo ao estudo e ao trabalho, isto é, à formação de seu capital humano.

A subalternização da mulher, na instância do trabalho, encontra-se ancorada em pautas discriminatórias, imperantes em quase todos os países latino-americanos, onde destacamos: a) Critérios de seleção e alocação desiguais para mão-de-obra feminina e para a masculina; b) Tarefas monótonas, repetitivas de ciclo curto, que requerem destreza e habilidade manual, em detrimento do uso da inteligência; c) Salários femininos inferiores aos masculinos, agravando-se o problema nas faixas etárias mais elevadas; d) Concentração da mulher em funções subalternas. [AMMANN, 1997, p. 94].

De acordo com a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995, mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo - em sua maioria mulheres - viviam em condições inaceitáveis de pobreza. Fatores de caráter econômico, como a rigidez das funções que a sociedade designa às mulheres, seu limitado acesso ao poder, à educação, à capacitação e aos recursos produtivos, ocasionam insegurança para as famílias e contribuem para o processo de feminização da pobreza.

O quadro da década de 90 mostra que a pobreza no Brasil tem características constituídas historicamente, entretanto, agravadas pela desigualdade social, uma marca também histórica, porém crescente em nossa sociedade. Neste momento inicia-se uma série de ações governamentais que irão culminar nos programas de transferência de renda no século XXI, com

características de centralidade no atendimento da família pobre. Nesse momento a mulher se torna alvo de políticas e é reconhecida como o pilar da família, por esse motivo o benefício do PBF será destinado à família em seu nome.

Como vimos anteriormente, a saída para a pobreza, na conjuntura imposta pela ideologia neoliberal são os programas de transferência de renda, considerados focalizados. Contudo, têm a perspectiva de atuarem como uma política intersetorial, conjugando ações na área de educação, assistência social e saúde, e ainda, tem como matriz de atendimento a família.

A fim de compreender a pobreza na conjuntura atual, faz-se necessário discutir algumas abordagens do conceito, uma vez que essas definições irão determinar as políticas de enfrentamento da pobreza. Desta forma, discutiremos duas abordagens básicas, a monetária e a de exclusão social.

Para Rocha (2006) a pobreza se define como:

“[...] um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante, depende basicamente, do padrão de vida da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que vive.” [ROCHA, 2006, p. 10]

A abordagem da autora é considerada monetária, por dar ênfase a determinante renda para definir quem são os pobres. Entretanto, num primeiro momento Rocha (2006) se refere às necessidades que devem ser satisfeitas, relativizando o tema e apresentando variáveis como: contexto socioeconômico e meios de operação adequada de cada ambiente.

Desta forma, a autora apresenta o conceito de pobreza para além da definição geral, contribuindo assim, com a abordagem de pobreza absoluta e pobreza relativa:

“Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital.” [ROCHA, 2006, p. 11]

“O conceito de pobreza relativa define necessidades a seres satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social.” [ROCHA, 2006, p. 11]

A renda ainda é um critério de pobreza utilizado em muitos países, atrelado em alguns momentos a insuficiência nutricional. A linha de indigência se refere basicamente ao atendimento das necessidades de alimentação de um determinado indivíduo (cesta básica). A linha de pobreza se define como possibilidade de consumo de necessidades mínimas de uma sociedade.

Rocha (2006) justifica o uso da renda como variável relacionada aos indicadores de bem-estar, ou seja, às necessidades básicas insatisfeitas. Afirmando que a questão do consumo básico nutricional, possa ser ampliado para as necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação, saúde, em suma, os direitos sociais.

Desta forma, o conceito que mais se aplica a realidade brasileira é o de pobreza absoluta, considerando-se que um número expressivo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), não aborda as necessidades humanas, e ainda, não consegue captar as questões distributivas relativas a cada um dos indicadores que a compõe (esperança de vida, educação, PIB).

Segundo Rocha (2006) a pobreza está relacionada à desigualdade social, apresentando três tipos de configurações possíveis, de acordo com a conjuntura atual e os países onde se apresentam. 1) Países nos quais a renda é insuficiente para garantir o mínimo (renda per capita baixa = pobreza absoluta); 2) Países, no qual a renda é elevada, a desigualdade entre os indivíduos é compensada por programas de transferência de renda e acesso a serviços; 3) Países onde a renda é intermediária, seria o suficiente para garantir o mínimo, contudo há má distribuição da renda (Ex: Brasil).

No caso do Brasil a autora define que “[...] a incidência de pobreza absoluta no Brasil se deve a desigualdade na distribuição de renda” (ROCHA, 2006, p.31). Para reduzir-la no país é necessário aliar crescimento de renda com distribuição da riqueza.

A família é o núcleo que agrega e distribuí a renda, portanto deve ser o objeto de mensuração da pobreza, visto que é uma unidade solidária de consumo. A partir dessa perspectiva, percebemos que as famílias pobres têm maior número de membros, característica perpetuada ao longo da história da pobreza em nosso país.

No que diz respeito à proposta de medição da pobreza, a referida autora considera que os estudos sobre o assunto, referentes ao Brasil, sejam diversificados. Abrangem desde a análise da abordagem dos *basic needs* até estudos que visam identificar as determinantes de baixa renda, a partir da distribuição de rendimentos.

A operacionalização da abordagem da linha de pobreza possui dois aspectos básicos:

1 - Estabelecimento de valor das linhas de pobreza (podem ser arbitrárias – sem que haja garantia de que seu valor possibilite o atendimento de necessidades básicas - ou observadas – se baseiam na estrutura de consumo de populações de baixa renda);

2 - Utilização desse parâmetro em conjunto com as informações sobre o rendimento.

Segundo Rocha (2006), a forma mais adequada de traçar linhas de pobreza é a informação sobre a estrutura de consumo das famílias.

“A principal vantagem de estabelecer a linha de pobreza a partir do consumo observado consiste em ter uma base teórica - as necessidades nutricionais -, a partir da qual se pode derivar a cesta alimentar mínima adequada.” [ROCHA, 2006, p.46].

As necessidades nutricionais referem-se às calorias, proteína e demais nutrientes, estabelecidas pela FAO (órgão da ONU responsável pela segurança alimentar mundial) para os indivíduos, de acordo as idades, sexo e nível de atividade dos grupos humanos.

Algumas pesquisas permitem gerar dados sobre a estrutura de consumo das populações consideradas de baixa renda são:

- **POF** – Pesquisa de Orçamento Familiar, realizado em 1987/88 pelo IBGE. Fornece nova base de dados sobre despesas, com grande detalhamento no que se refere à despesa alimentar. A última pesquisa do POF foi realizada em 2002/2003 com o objetivo de obter indicadores alimentares.

- **PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada bianualmente pelo IBGE, apresenta características da população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento relacionados às mudanças na estrutura social do país.

As necessidades nutricionais são tomadas como uma referência básica porque seu parâmetro é mundial, definido pela FAO, fornecendo dados que podem ser comparativos a outros países e adequados às regiões considerando diferenças específicas. A quantidade de cada item alimentar deve garantir a ingestão mínima de nutrientes diários por indivíduo.

Rocha (2006) defende a utilização de parâmetros convencionados internacionalmente para definir as necessidades básicas relacionadas ao conceito de linha de pobreza. A presente abordagem é considerada monetária, por usar como parâmetro para medição a capacidade de consumo familiar.

As políticas na área da assistência social utilizam à linha de pobreza, estabelecida pelo PNUD, tendo como parâmetro a renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário de mínimo, para definir o público alvo dos programas sociais. Podemos exemplificar através do Benefício de Prestação Continuada (BPC), definido na LOAS, como um direito da assistência social. A família com renda mensal per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo é considerada incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa. O presente benefício confere ao usuário o direito a um salário mínimo, sendo concedido através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Outro exemplo é Programa Bolsa Família (PBF), ao qual nos referimos anteriormente e que também possui este parâmetro de rendimento familiar para atendimento do público alvo. A referida linha de pobreza, além de ser definida por organismos internacionais, é implementada com vigor nas políticas sociais do país, principalmente as políticas de transferência de renda.

Para além da abordagem monetária da pobreza, discutiremos a abordagem da exclusão social, também presente no debate atual. Entretanto, apresentaremos autores com perspectivas diferenciadas sobre pobreza e exclusão social.

Segundo Carneiro (2005), as abordagens mais amplas sobre a pobreza possuem como suposto básico a existência de variáveis não monetárias, que incluem acesso a serviços básicos e também relativos a processos de natureza psicossocial e visam identificar a dupla condição da pobreza.

A autora aponta algumas características essenciais do enfoque da exclusão social: a pobreza é entendida como processo dinâmico; centrada nas interações e relações sociais e não sobre os indivíduos (abordagem sociológica); considera as dimensões objetivas (destituição) e subjetivas (psicossociais); foco

multidimensional; decorrente da ação de agentes públicos e privados (noção de agência).

Para Sposati (1998), apesar de exclusão social ser um processo inerente ao sistema capitalista, o conceito reflete a negação da cidadania. Seria que a autora chama de 'conceito-denúncia' da degradação do estatuto da dignidade humana.

Vale ressaltar que Sposati (1998), considera exclusão social diferente de pobreza. A pobreza seria uma condição relacionada ao padrão mínimo de vida, definido pelo PNUD⁷, ligadas ao rendimento familiar. Já a exclusão social refere-se a situações éticas, culturais, relacionadas com discriminação ou estigmatização, incluindo abandono, perda de vínculos e esgaçamento de relações de convívio.

Percebemos que Carneiro (2005) e Sposati (1998), apresentam idéias confluentes no que diz respeito à exclusão social, esta seria uma visão ampliada da pobreza, incluindo características sócio-relacionais e de vínculo. Todavia, o conceito de exclusão social é utilizado em muitos casos como sinônimo de pobreza como discute Martins (2003) a exclusão social se define como:

"[...] resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuraram explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea." [MARTINS, 2003, p.27]

Para o autor, a utilização da categoria de exclusão social (ou excluído) para classificar as desigualdades sociais revela-nos um dos aspectos da crise da sociedade de classes, em que a classe operária não estaria mais no centro das discussões dos movimentos populares que buscam compreender e explicar a diferenciação social na atualidade.

Martins (2007), afirma:

"[...] *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas dos processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos*

⁷ Textos e estudos podem ser encontrados no sítio do PNUD www.pnud.org.br. Podemos destacar alguns estudos como o Relatório de Desenvolvimento Humano, editado anualmente, disponível no sítio www.pnud.org.br/rdh/ e ainda, indicamos um estudo sobre pobreza e fome http://www.pnud.org.br/estudos/livro1_web.pdf

processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força, reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, *não se dão de fora* dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, *fazem parte deles* ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam.” [MARTINS, 2007, p. 14]

O autor defende a idéia que a mudança do nome da pobreza para exclusão social escamoteia as transformações ocorridas na pobreza, e não entendemos que a realidade da pobreza na atualidade, está para além da possibilidade de comer, os pobres encontram-se em processo de negação de sua condição da pobreza. Outra característica da forma atual da pobreza é a diminuição da possibilidade de ascensão social, promovida anteriormente através das economias de anos de trabalho, associada à educação dos familiares, mesmo que fossem os membros da próxima geração. O autor refere-se à pobreza afirmando que “Ela cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável.” [MARTINS, 2007, p. 19]

Porém, ‘excluído’ é apenas um rótulo abstrato, em que não há possibilidade nem destino histórico nas pessoas e grupos que carregam esse estigma. O discurso que vigora sobre a exclusão é a partir da concepção dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto no âmbito econômico quanto no social. Assim, embora o discurso seja socialmente crítico, dificilmente é anticapitalista.

As políticas neoliberais, segundo Martins (2007), “... implicam a proposital inclusão precária e instável, marginal.” Apresentam-se como políticas de inclusão, e o fazem, contudo, encontram-se inseridos na lógica de consumo de bens e serviços que garantam a reprodução do capital e o funcionamento da ordem política dominante. Podemos pensar como um dos exemplos desse processo os programas de transferência de renda, como o PBF.

Para o autor, o que existe é uma nova desigualdade social que separa materialmente, mas unifica ideologicamente, criando uma sociedade com dois pólos que se excluem mutuamente, entretanto, possuem coisas em comum, principalmente no que se refere a idéias individualistas e consumo de bens. A sociedade se torna desigual no que tange às oportunidades. Conclui-se que “A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social, que foi característica do capitalismo até há poucos anos.” [MARTINS, 2007, p. 22].

A questão da exclusão social não se esgota nas referências apresentadas neste estudo, tendo em vista que refletem a escolha de um caminho teórico para a compreensão e a abordagem do tema. No entanto, podemos perceber que, além de uma questão complexa, a exclusão social pode imprimir no sujeito que recebe o rótulo de excluído, chegando ao não reconhecimento de sua classe social.

Sabemos que apesar do pobre ter sido associado ao bandido, ao marginal, e ao criminoso, atualmente ele é rotulado de excluído, ou despossuído. Contudo, ele não deixou de ser protagonista de sua história, e ainda, de sua transformação social, seja ela, através de ações coletivas, como os movimentos sociais, ou de esforços individuais e familiares para criar estratégias de enfrentamento da condição de pobreza. E ainda, não podemos deixar de realçar que o pobre integra uma classe social, a classe-que-vive-do-trabalho e que desempenha funções e trabalhos importantes para a manutenção da vida social. O pobre nunca deixou de ser trabalhador, e por muitas vezes, foi protagonista de lutas sociais em busca de seus direitos.

Para efeitos da presente dissertação o conceito de pobreza que responde as indagações apresentadas na prática profissional desempenhada no Projeto FESP, é o de pobreza relativa, descrita por Rocha (2006), uma que vez, utilizamos instrumentos de medição de pobreza, próprios do Projeto com o objetivo continuar a inserir no FESP apenas o seu público alvo. Os alunos candidatos a participar, passam por entrevista com a equipe de serviço social, onde é realizado o estudo socioeconômico, baseado nos rendimentos e gastos familiares, considerando-se a família um núcleo solidário de consumo. Todavia, não trabalhamos com a perspectiva de 'excluídos', os alunos que são atendidos pelo FESP fazem parte da macroestrutura política e econômica, pois são integrantes da classe-que-vive-do-trabalho, empobrecida, pelas relações entre capital e trabalho.

De acordo com a experiência do Projeto FESP, desenvolvida ao longo do acompanhamento social dos alunos, apostamos em que é possível a mudança de sua condição social através da educação, sendo assim, a pobreza é situação transitória, e, portanto, passível de transformação, ainda que em tempos neoliberais. Podemos exemplificar com a questão dos estágios, esse ganho torna-se uma das fontes de renda familiar, onde o aluno se torna um dos membros que auxilia nos gastos, mudando a realidade social.

Em suma, a lógica neoliberal em vigor no Brasil, perpetua a desigualdade social e a pobreza, uma vez que limita a ação do Estado na garantia de direitos sociais, priorizando políticas focalizadas de intervenção na pobreza (BPC/PBF), implementadas através de novas formas de ajuda social, agora oferecida pelo Estado, bem como, o incentivo a filantropia empresarial, dentre outras práticas.

No que se refere a programas sócio-educacionais podemos fazer uma breve comparação entre o PBF e o ProUni. O PBF atua no campo da educação básica e o ProUni no campo do ensino superior. Ambos são programas focalizados, que respondem as exigências de acordos internacionais firmados para a erradicação de índices considerados ‘baixos’ para um país de economia emergente. A reformulação das políticas sociais fez-se necessário para que o Brasil possa participar das agências de acordos de comércio o que promoveria crescimento econômico. Para isso países como o Brasil devem aderir à lógica neoliberal em vigor, transferindo a responsabilidade de garantir direitos pelo Estado, para a iniciativa privada, ou seja, do âmbito público para o privado, através de programas de transferência de renda, no caso do PBF, ou de incentivos ao acesso de estudantes de escolas públicas ou privadas ao ensino superior como o ProUni .

Atualmente, a responsabilidade sobre a pobreza é da família ou do indivíduo que não cria formas de trabalhar, de ser ‘empreendedor ’e por isso precisa de um programa como o PBF. No caso do ProUni, a responsabilidade de oferecer o ensino superior é transferida do Estado para as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

Por fim, podemos levantar a hipótese de que programas como PBF e ProUni não têm objetivos emancipatórios, pois se constituem na lógica neoliberal, estruturada na manutenção da desigualdade social. Todavia, existe a possibilidade de emancipação através da educação, e os dois programas possuem características educacionais, sendo assim, há um fio de esperança, uma vez que, o PBF é um programa intersetorial e o ProUni é eminentemente educacional, podem ser vistos como uma das ferramentas que auxiliam na superação da pobreza.

Passemos ao estudo do ensino superior, nível de ensino onde se dá a prática do projeto FESP, campo empírico da presente dissertação.

2.1. Ensino Superior – Breve histórico

O ensino superior no Brasil possui uma historicidade próxima das necessidades da sociedade, respeitando assim, a lógica socioeconômica e as relações de poder que vigoram em determinados momentos.

Durante o Brasil colônia a educação estava atrelada a Igreja Católica, mais especificamente a Ordem dos Jesuítas, ordem sacerdotal que sempre atuou na área da educação. Segundo Carvalho (2007) *no Brasil*, “a educação até Pombal, estava quase que exclusivamente nas mãos dos jesuítas.” [CARVALHO, 2007, p.69].

“Na colônia, o ensino superior era ministrado em colégios jesuítas (curso de Filosofia e Teologia) e, depois da expulsão dessa ordem religiosa do reino português, em 1759, os conventos franciscanos substituíram-nos no Rio de Janeiro e em São Paulo. A Igreja Católica era então uma instituição privada que se mesclava ao Estado pelo regime do padroado.” [CUNHA, 1999, p.39]

A Igreja Católica teve um papel fundamental na formação educacional do país, contudo, voltada para o atendimento de um grupo seletivo de pessoas que poderiam pagar pela educação. Aos pobres eram destinados os serviços assistenciais e filantrópicos, como já descrevemos, voltados para populações consideradas perigosas, ou seja, os órfãos, os inválidos, os enfermos, entre outros.

Segundo Cunha (1999), a chegada da família real, em 1808, propiciou a criação das instituições de ensino superior do Estado, ao mesmo tempo em que reduz a influência da Igreja Católica que se focaram na formação clerical. O Estado passa a centralizar o ensino superior e controlar sua execução.

“O quadro do ensino superior da colônia só começou a mudar com a chegada da Corte em 1808. Uma real Acadêmica dos Guardas-Marinhas e uma Academia Real Militar logo foram criadas (1808 e 1810), seguidas pelas Escolas de medicina do Rio de Janeiro e Salvador (1813 e 1815) e, em 1820, a Academia de Belas-Artes.” [CARVALHO, 2007, p. 74]

As instituições de ensino superior no Brasil se desenvolveram com a chegada da Corte Portuguesa, tornando o ensino responsabilidade do Estado.

Durante o Império esse modelo foi reforçado, contudo, as elites que dominavam a política do país, não eram formadas no Brasil.

Segundo Carvalho (2007), a educação superior foi o elemento poderoso que unificou a elite imperial, devido a três fatores básicos: 1) Quase toda elite possuía educação superior, era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. 2) A educação superior se concentrava na área jurídica, o que favorecia a construção de um núcleo homogêneo de conhecimento. 3) A maioria ia para a Universidade de Coimbra, até a Independência.

A formação fora do país, na Universidade de Coimbra, fortalecia os laços entre Brasil e Portugal. Para Carvalho (2007), até 1850 a grande maioria dos membros da elite foi educada em Coimbra. [CARVALHO, 2007, p. 65]

A formação da elite política do país é importante para compreendermos quem eram os estudantes do ensino superior num determinado período. No Brasil Imperial o acesso ao ensino superior era possível somente a elite política, a maioria da população não possuía estudos primários, e os escravos, eram considerados uma população analfabeta.

Segundo Carvalho (2007), o Censo de 1872, configura a situação no Brasil, onde 99,9% dos escravos eram analfabetos. O número de alunos matriculados em escolas primárias e secundárias era de 16,85% da população entre 6 e 15 anos. “E havia menos de 12.000 alunos matriculados nas escolas secundárias numa população livre de 8.490.910 habitantes.” [CARVALHO, 2007, p. 80]

A partir dos dados apresentados podemos compreender a raiz histórica da desigualdade educacional do nosso país, atrelada à desigualdade social e conseqüentemente à condição de pobreza. São argumentos pautados na historicidade do ensino superior que irão respaldar a discussão atual de cotas e acesso democrático no final do século XX e início do século XXI. Todavia, faz-se necessário dar prosseguimento a trajetória história da educação, para que possamos compor mais elementos a discussão da desigualdade de acesso ao nível superior no Brasil.

Segundo Cunha (1999), durante o período da República Velha, ocorre crescimento do número de instituições de ensino superior que se deve a alguns fatores: a) a presença do governo federal nos estados, mantendo faculdades; b) criação de faculdades por agentes privados, confessionais e/ou empresariais; c) a projeção das elites locais e regionais para o ensino superior a fim de reproduzir

o quadro de intelectuais. Como podemos perceber, perpetua-se o ensino da elite política, com objetivos de manter o poder e a ordem baseada na desigualdade social.

A Constituição da República de 1891 foi um dos instrumentos, utilizados para descentralizar o ensino superior e permitir a criação de instituições privadas. “Nessa época, todas as instituições de ensino superior, as públicas inclusive, cobravam mensalidades e/ou taxas de matrícula de seus alunos.” [SAMPAIO, 2000, p. 37]

Sampaio (2000), realiza um estudo sobre o ensino superior privado no Brasil, com o propósito de demonstrar as sucessivas transformações que conduzem ao aumento e diversificação do ensino superior privado. A importância desse estudo se faz presente na atual conjuntura, uma vez que, o ensino superior privado representa hoje, mais de 60% das IES, tema que será retomado mais a frente.

Dando continuidade ao breve resgate histórico do ensino superior, proposto inicialmente, a idéia de ensino público e gratuito ainda não vigorava, na República Velha, sendo um tema amplamente discutido, por volta de 1920, bem como, o debate sobre a Universidade, o papel que deve desempenhar no sistema de ensino e a função a ela conferida de: “...abrigar a ciência, os cientistas e as humanidades em geral, promovendo pesquisa.” [SAMPAIO, 2000, p. 41]

O objetivo do movimento da década de 20 em colocar a Universidade como principal modelo para o ensino superior, não foi alcançado durante a década de 30. Durante esse período podemos destacar a criação de importantes Universidades no sistema público de ensino, dentre elas: a Universidade de São Paulo (USP) – 1934; a Universidade do Distrito Federal (UDF) criada em 1935, por Anísio Teixeira⁸, sendo extinta em 1939; Universidade do Brasil – 1937, antiga Universidade do Rio de Janeiro (1920).

⁸ Anísio Teixeira teve importante papel na educação do Brasil, em 1931, atuava junto ao recentemente criado Ministério da Educação e Saúde, dedicava-se à tarefa de reorganização do ensino secundário. Fundou a UDF, no Rio de Janeiro. Era um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, documento que defendia uma escola pública gratuita, laica e obrigatória. Em contrapartida, sofreu forte oposição da Igreja Católica, cujo projeto educacional era calcado em pressupostos inteiramente diferentes dos que ele apregoava.

Em 1938, foi criada a União Nacional de Estudantes (UNE), instituição que irá desempenhar um papel importante no período de Ditadura Militar na luta pelos direitos civis, sociais e políticos.

Na década de 40, durante o Governo Dutra, o Brasil passava pelo chamado 'desenvolvimentismo', necessitando assim, de mão-de-obra qualificada para crescer. A rede de ensino médio expandiu-se, aumentando a demanda social por ensino superior, esse por sua vez, é ampliado a partir de faculdades isoladas e universidades. De acordo com Sampaio (2000), entre 1945 e 1955, triplicou o número de matrículas totais, contudo a participação do setor privado diminuiu, "passou de 48% em 1945 para 42,3% em 1955." [SAMPAIO, 2000, p.47]. Este fato deve-se a dois processos principais, sendo eles, a criação de universidades estaduais e a federalização de algumas instituições de ensino superior.

"Nesse contexto de expansão da rede pública de ensino superior, a criação da primeira Pontifícia Universidade Católica, em 1944, no Rio de Janeiro, inaugurando uma série de outras católicas que viriam a ser criadas no período, não foi suficiente para aumentar a fatia de participação das matrículas privadas no sistema. [SAMPAIO, 2000, p. 48]

Durante a década de 50, foram criados os órgãos de pesquisa e pós-graduação, com objetivo de realização de pesquisas e capacitação docente, são eles: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Na década de 60 inicia-se o processo de reforma do ensino superior. Em 1961, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 4.024/61) o Estado começa a regularizar a expansão do ensino superior, cria paralelamente, três órgãos para deliberar sobre os novos cursos. "[...] as universidades que gozam de autonomia, os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Federal de Educação (CFE)." [SAMPAIO, 2000, p.55].

"O Conselho Federal de Educação, constituído por uma maioria de dirigentes de instituições privadas de seus prepostos, pôs fim ao processo de federalização de estabelecimentos de ensino superior. Ademais, as normas de criação de cursos, ampliação de vagas e concessão do status universitário foram sendo afrouxados, na medida mesma da demanda dos interessados." [CUNHA, 1999, p. 41].

Segundo Cunha (1999) o setor privado neste momento cresce, seja através de recursos governamentais diretos, ou de projetos, como o Crédito

Educativo, modalidade de bolsas de estudos restituível, que permitia aos alunos pobres a entrada em faculdades, tendo como financiador a Caixa Econômica Federal (CEF). O setor público, por sua vez também se desenvolveu neste momento, foram construídos novos *campus*, instituído o trabalho docente em tempo integral e ampliadas linhas de pesquisa científica.

Durante o período de Reforma do Ensino Superior em 1968, o Estado exerce a função de formulador de políticas educacionais, num sentido amplo e se restringe na década de 70, ao papel de fiscalizador das Instituições de Ensino Superior (IES⁹), legitimando assim, expansão do setor privado. “Assim, as matrículas duplicaram em 4 anos (de 1968 a 1971) e voltaram a duplicar em 7 anos (de 1971 a 1977).” [BARREYRO, 2008, p.19].

Vale ressaltar o que ocorria no Brasil em 1968, Golpe Militar (Ato Institucional nº5) que fechou parlamento, cessou direitos políticos e suprimiu o direito de habeas corpus. Apesar do crescimento do ensino superior, um dos atores desse processo, o movimento estudantil, sofria represálias. Tendo como uma de suas bandeiras a luta pela resistência ao Golpe, o movimento estudantil levou a que alguns de seus integrantes, ainda estudantes, fossem perseguidos em meio aos *campus* de universidades tanto públicas quanto privadas. Foi um momento difícil, principalmente para pessoas que manifestavam alguma postura crítica a Ditadura, entre eles, alunos, professores, artistas, e outros, que foram exilados em diversos países. Contudo, a expansão do setor privado de ensino superior continuava.

“O setor público, ainda que houvesse crescido no período, não só fez no mesmo ritmo do setor privado. No período 1960 -1970, enquanto as matrículas públicas registravam crescimento de ordem de 260%, as matrículas do setor particular cresciam mais de 500%. Na década seguinte – 1970 -1980 – o crescimento do setor privado foi de 311% e o setor público, de 143,6%.” [SAMPAIO, 2000, p.143]

Passemos a década de 80, quando o ensino superior é reconhecido como direito. Agrega-se a esse fato, o avanço na efetivação de funcionários e professores das universidades públicas, e ainda, o direcionamento de recursos financeiros estatais para as IES comunitárias e filantrópicas.

A Constituição de 1988 define as normas gerais sobre o ensino superior: tratando da autonomia universitária (art.207); estabelecendo a destinação dos

⁹ Chamamos de Instituições de Ensino Superior (IES) todos os estabelecimentos de ensino, sendo eles, faculdades, centros universitários, universidades, entre outros, e ainda, no setor público ou privado. A diferenciação destas ocorrerá quando houver necessidade.

recursos públicos no que se refere à educação (art.213) e determinando a elaboração de lei complementar, que disponha sobre o plano nacional de educação (art.214). Segundo Cunha (1999), a Constituição de 1988 determina que o ensino superior seja livre às iniciativas privadas, desde que cumpram as normas estabelecidas pelos órgãos regulatórios do poder público, entretanto inova ao prever a avaliação da qualidade do ensino.

Já na década de 90, inicia-se o processo de ajuste neoliberal no Brasil, como visto anteriormente. Segundo Gentili (1998), o Consenso de Washington, define um conjunto de discursos, idéias e propostas neoliberais também voltadas à intervenção na educação. De acordo com o discurso neoliberal, os países latino-americanos enfrentam uma crise de 'efetivação, eficácia e produtividade', ocasionada pela expansão dos sistemas de ensino nesses países. O Estado seria incapaz de administrar as políticas sociais, sendo assim, necessário focalizar a ação do mesmo, principalmente em programas para erradicação da pobreza. As estratégias apresentadas visam o princípio da competição, que deve regular a educação com princípios de o chamado mercado educacional.

Tendo em vista o contexto neoliberal, e sua implementação na área educacional, retornemos ao cenário do ensino superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), contribui com aspectos importantes, para a implementação do ajuste neoliberal tais como: credenciamento das instituições de ensino superior; avaliação periódica; dissociação do tripé do ensino superior (ensino, pesquisa e extensão), que passa a ser obrigatório somente para as universidades; a legitimação da tipologia de instituições (faculdades, centros universitários, entre outros).

“A partir da década de 1990, as propostas de reforma para as universidades públicas têm provocado uma crescente privatização das mesmas, além de promover uma expansão desenfreada da rede privada de ensino superior. Essa enorme expansão, deve-se, dentre outras razões, à escassez de recursos governamentais investidos no sistema público de educação, transferindo-se para o setor privado a responsabilidade de ampliação das matrículas no nível superior.” [ALMEIDA, 2006, p.42]

Neste momento histórico, nos encontramos em plena implementação das políticas neoliberais na educação superior, cujos aspectos preponderantes, conforme Mancebo (2004), são: a expansão do setor privado, e a privatização do ensino através do modelo gerencial do neoliberalismo, tais aspectos têm por referência básica o atendimento à lógica do mercado competitivo, definidos em cinco princípios:

1. Racionalização de recursos financeiros – diversificando a fontes de recursos para a manutenção do ensino, a fim de que o Estado não tenha mais a responsabilidade do provimento das IFES;
2. Gestão focalizada em resultados – formas de controle do Sistema Educacional através do Núcleo Central;
3. Flexibilidade de gestão – medidas ligadas a flexibilização de contratações temporárias e reformulação curricular voltada para as exigências do mercado;
4. Qualidade do serviço educacional – construída a partir da competição e da meritocracia entre as IFES;
5. Descentralização – relacionada ao gerenciamento das instituições e a gestão administrativa.

Todas estas medidas vão caracterizar o incentivo à privatização do ensino superior público e a saída do Estado como principal responsável pelo provimento de políticas educacionais efetivas. Transferindo assim, as responsabilidades pelo ensino superior às IES privadas, deixando às públicas a responsabilidade de prestar serviços ao mercado, produzindo, principalmente, subsídios para o aumento da tecnologia das grandes empresas, por sua vez, financiadoras e mantenedoras do espaço da universidade pública. Portanto, a responsabilidade passa a ser do mercado, conjugando-se com as propostas acima descritas e com a lógica neoliberal.

Em 2001, é aprovado o Plano Nacional de Educação – PNE - (Lei 10.172/2001), que tem como objetivo a elevação do nível de escolaridade da população brasileira, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais no que diz respeito ao acesso e permanência no ensino superior, e ainda, democratização da gestão do ensino público.

O PNE é um documento que responde aos compromissos firmados pelo Brasil, através de assinatura de declarações em Conferências Internacionais sobre Educação. No que se refere ao ensino superior, o PNE realiza um breve diagnóstico da situação brasileira. Em alguns momentos do documento é verificada a expansão do setor privado e a demanda por educação para alunos oriundos da população pobre, concluintes do ensino médio público.

Um dos objetivos de um plano nacional é o estabelecimento de metas para que possam definir políticas. O PNE – 2001 estabelece, entre outras metas, o alcance até o final da primeira década do século XXI, ou seja, 2010 que pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos da população brasileira esteja no ensino superior. De acordo com o PNE – 2001, a referida faixa etária, ou seja, os jovens, são os que devem ser atendidos por políticas que promovam o acesso ao ensino superior. Este dado é importante para percebermos o ProUni¹⁰ como programa que tem o objetivo de atingir esta meta, através do acesso deste público alvo, no ensino superior privado. Para Almeida (2006), “Em termos conclusivos, pode-se aferir que não há dúvida quanto ao caráter privatista e empresarial da política definida pelos governos FHC.” [ALMEIDA, 2006, p. 56].

Entretanto, faz-se necessário a compreensão do processo de privatização do ensino superior brasileiro que “sofreu aceleração na década de 90 especialmente durante o governo de FHC, favorecido pela sanção de legislação específica.” [BARREYRO, 2008, p.21]. A expansão do setor privado toma força, mais uma vez, durante este período. Segundo estudo da autora baseado no Censo da Educação Superior de 2004, a maioria das matrículas no ensino superior estão nas instituições privadas, cerca de 70%, ou seja, temos um total de 4.163.733 matrículas IES, sendo 1.178.328 nas IES públicas e 2.985.405 nas IES privadas.

Dados do Censo do Ensino Superior (2004) demonstraram o processo de privatização do ensino superior no Brasil, uma vez que temos mais de 80% das IES na rede privada. A fim de visualizar esse panorama, vejamos a tabela a seguir:

¹⁰ Programa Universidade para Todos - é um programa desenvolvido pelo Ministério de Educação, no âmbito federal. Consiste na concessão de bolsas de estudo, integrais ou parciais em instituições de ensino privadas, teve início em 2004, regulamentado pela **lei nº 11.096** de 13 de janeiro de 2005, tem o objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior.

Tabela 1 – Instituições de Educação Superior (IES) por categoria administrativa – Brasil – 2004

Categoria Administrativa	Número	Percentual
Pública	224	11,13
Privada	1.789	88,87
Total	2.013	100

Fonte: BARREYRO (2008) Apud MEC/Inep/Deaes

Partindo da premissa que as IES representam todas as modalidades de estabelecimentos de ensino, faz-se necessário verificar a conjuntura das Universidades, já que somente elas são obrigadas a ter ensino, pesquisa e extensão, sendo portanto, centros responsáveis pela maioria das pesquisas científicas do País.

Tabela 2 – Distribuição das Universidades por categoria administrativa – Brasil 2001- 2004

Ano	Brasil	Público	%	Privado	%
2001	156	71	45,5	85	54,5
2002	162	78	48,1	84	51,9
2003	163	79	48,5	84	51,5
2004	169	83	49,1	86	50,9

Fonte: MEC/Inep/Deaes – Censo do Ensino Superior 2004

Como podemos verificar, o setor privado predomina também no que diz respeito às Universidades. A PUC-Rio está inserida neste contexto é uma Universidade, da rede privada. Embora seja confessional, filantrópica e comunitária. Segundo Barreyro (2008), o Censo do Ensino Superior de 2004, aponta que as IES particulares representam 1.401 instituições, sendo que as comunitárias, confessionais e filantrópicas representavam apenas 388 instituições. Desta forma, a PUC-Rio faz parte de um grupo de instituições

específicas, comprometidas com o ensino, a pesquisa e a extensão, além de estar inserida no universo de instituições filantrópicas.

Concluimos que, o ensino superior brasileiro tem correspondido ao modelo neoliberal de educação, uma vez que, atua prioritariamente no setor privado e o Estado se dedica cada vez mais, às ações de controle e fiscalização através de sistemas de avaliação, e da transferência de responsabilidade para o setor privado.

Se, como vimos no início deste capítulo, a educação e a assistência são direitos garantidos na Constituição de 1988, a pergunta que se coloca é: Em tempos neoliberais como o Estado tem garantido para a classe-que-vive-do-trabalho o acesso e a permanência no ensino superior?

A resposta a essa pergunta nos leva a tecer algumas considerações a respeito do ProUni, que é um Programa de Governo que atua nos moldes das políticas neoliberais, transferindo a responsabilidade de ampliação do número de vagas na esfera pública para a abertura de vagas na esfera privada, realiza esse processo através de renúncia fiscal para as instituições de ensino que aderem ao programa. Este processo se legitima no discurso de 'inclusão' e acesso ao ensino superior de alunos oriundos de ensino público, cotas para deficientes e professores da rede pública de ensino.

2.2 O acesso ao Ensino Superior no contexto atual

Muito se discute atualmente sobre a reforma universitária, instaurada inicialmente pelo Governo FHC, e mantida no Governo Lula. Em caráter oficial, essa reforma, se inicia com a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI que tinha como objetivos principais, analisar a situação do ensino superior e apresentar um plano de ação para as Instituições Ensino Superior – IES. O grupo aponta algumas questões, tais como, a necessidade de ampliação de vagas e quadros docentes, dá ênfase no ensino à distância como forma de ampliação do ensino superior público, e ainda, destaca a autonomia universitária, principalmente, no tocante a autonomia financeira.

Em 2004, o Governo Lula substituiu o ministro da educação, Cristovam Buarque, que deixava claro sua predileção pelo ensino básico e posições polêmicas, entre elas, o incentivo a autonomia universitária, e ainda, contrário às

reservas de vagas para candidatos de diferentes grupos étnicos. Além disso, fazia anúncio sobre o fim do Provão, e realizava sucessivas críticas a Presidência. Entre outros motivos, o Governo convidou Tarso Genro para o Ministério da Educação, e com ele o ensino superior voltou ao primeiro plano, ou seja, criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, aprovou o ProUni e enviou a proposta de reserva de vagas para alunos do ensino médio público nas IES federais, atuando assim, diretamente na chamada reforma universitária. Em 2005, Tarso Genro sai do MEC, e Fernando Haddad, o Secretário Executivo assume em seu lugar, anunciando que manteria a agenda política de Tarso Genro. O ensino superior configura-se na atualidade como assunto importante na pauta governamental. [CUNHA, 2008] ¹¹

“A Reforma pretende-se ampla e vem sendo por diversos prismas: o papel das instituições de ensino superior, a autonomia universitária, o financiamento, o acesso e permanência nos cursos, a gestão e estrutura da educação superior, a avaliação, bem como análises e reformas nos programas e conteúdos dos diversos.” [MANCEBO, 2008, p.01]

Segundo Mancebo (2008) a reforma universitária deveria ser composta para medidas que suprissem a necessidade de ampliação da rede de ensino superior, sem afetar, ou proporcionar gastos à União. Desta forma, o Governo segue à risca as políticas de ajuste neoliberal criando em 2004, em meio à efervescência de questões como a reserva de vagas no ensino superior público, o Programa Universidade para Todos – ProUni, desenvolvido pelo Ministério de Educação. Este Programa consiste na concessão de bolsas de estudo, integrais ou parciais, dentre essas, há modalidades de 50% ou 25% do percentual de isenção, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, ministrados em IES privadas com ou sem fins lucrativos, regulamentado pela lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.

O ProUni se estabelece através da adesão IES privadas, com ou sem fins lucrativos, em troca da concessão de renúncia fiscal. Todavia, as IES filantrópicas são obrigadas a implementar o Programa. Segundo Carvalho (2006), nas instituições lucrativas, nas sem fins lucrativos e não beneficentes a adesão é voluntária e as regras são mais flexíveis, já para as instituições filantrópicas e comunitárias a adesão ao Programa e a concessão de bolsas integrais é obrigatória.

¹¹ Texto extraído do site <http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero1/artigos/conjuntura.php> em 19/05/2008.

O Programa tem por objetivo incluir jovens, de 18 a 24 anos no ensino superior, para atender aos objetivos previamente definidos pelo PNE (2001), uma vez que, no Brasil, a escolaridade dessa população é considerada baixa. Segundo Carvalho (2006), em 2004, a população nacional de 18 a 24 anos que freqüentava o ensino superior era de 10,4%, classificado internacionalmente como elitista. Esses 10,4% de jovens, representavam em torno 60% do total de estudantes do ensino superior do país, os demais estavam em faixas etárias diferentes, na sua maioria com idades acima de 24 anos. Essas pessoas ingressavam no ensino superior após a juventude, por diversos motivos, entre eles, o retorno ao ensino em busca de diploma para o desenvolvimento profissional, ou até mesmo, o abandono escolar durante a juventude para posterior retomada por diferentes motivos.

A desigualdade educacional é uma das questões mais pertinentes no que se refere ao ensino superior. O acesso continua restrito a uma parcela da população brasileira. Nesse sentido, existem estudos sobre o acesso de estudantes moradores das favelas e de origem popular, podemos citar entre eles: Silva (2003); Mariz, Fernandes e Batista (2003) e Zago (2006). Cada estudo aborda um aspecto diferenciado, de acordo com suas áreas de interesse, todavia, trazem um traço comum, os estudantes pesquisados são pobres.

Silva (2003) realiza o estudo para sua tese de doutorado, sobre estudantes moradores da favela da Maré, no Rio de Janeiro/RJ. Foram entrevistados 11 estudantes. A principal indagação do seu estudo está relacionada ao porque de alguns indivíduos com características sociais aparentemente análogas se desenvolvem nos estudos, outros não. As diferenças e semelhanças entre as caminhadas escolares podem ser explicadas, por vários fatores, entre eles, o principal é a relação que alguns indivíduos estabelecem com a vida e seus objetivos, associado às estratégias de enfrentamento das questões que se apresentam no cotidiano.

Mariz, Fernandes e Batista (2003) apresentam o estudo sobre universitários da favela da Rocinha e da Maré. Os motivos da pesquisa fundam-se no fenômeno da entrada de estudantes considerados de origem popular na Universidade. Segundo os autores e suas respectivas análises sobre a favela e os jovens, afirmam que estes se encontram em meio ao ciclo vicioso do pobreza. Foram entrevistadas 9 pessoas, sendo 3 graduados e 6 estudantes, todos ligados a Pré-vestibulares Comunitários, em específico, ao Pré-vestibular para Negros e Carentes. O estudo discorre sobre os fatores determinantes da entrada

desses estudantes na Universidade, passando pela questão do PVNC e sua raiz religiosa, realiza ainda, a análise do discurso religioso-político desse movimento social, entre outros aspectos.

Para Zago (2006), a questão do acesso está atrelada a da permanência no ensino superior. Seu estudo aborda o tema na perspectiva do estudante 'de origem popular', e as desigualdades sociais e educacionais pelas quais esses passam para freqüentarem a faculdade. A pesquisa foi realizada com a metodologia quanti-qualitativa, baseada em dados sobre os candidatos ao vestibular da UFSC e em 27 entrevistas com os universitários originários de escolas públicas.

A breve exposição dos estudos acima tem o objetivo de localizar a discussão sobre acesso e permanência de estudantes pobres no ensino superior, todavia retomaremos a discussão ao longo da dissertação. É importante, por ora, compreender o que seja o ProUni, enquanto Programa de Governo que promove o acesso de estudantes pobres, nas universidades privadas.

O ProUni tem critérios de acesso, relacionados à rendimento familiar, confirmando assim o seu recorte socioeconômico, uma vez que, ocupa status de um Programa que corresponde ao modelo neoliberal de política. São eles:

1 – Renda per capita familiar (renda bruta familiar dividida pelo número de pessoas da família – parentes diretos);

1.1 – para bolsa integral – renda de até 1 salário mínimo $\frac{1}{2}$ (R\$ 622,50¹²);

1.2 – para bolsa parcial – 50% - renda de até 3 salários mínimos (R\$ 1.245,00);

1.2.1 – para bolsa parcial - 25% - renda de até 3 salários mínimos (R\$ 1.245,00) somente novos estudantes, ingressantes nas IES privadas;

2 – Ter cursado o ensino médio em escola pública, ou em escola privada com bolsa integral;

3 – Ser portador de deficiência;

4 – Ser professor da rede pública de ensino básico, em exercício, para concorrer a cursos de licenciatura ou normal superior.

¹² Utilizamos como referência o salário mínimo federal vigente em julho de 2008, o valor de R\$ 415,00.

O ingresso se dá a partir do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM¹³, juntamente com o processo seletivo realizado pelo ProUni, que consiste em pré-seleção com os seguintes critérios: a) As Melhores notas no ENEM, podem entrar em instituições de acordo com a sua opção, em ordem de escolha feita pelo candidato; b) Algumas instituições fazem uma seleção interna, eliminatória, diferente de vestibular que verifica a situação socioeconômica do aluno.

No caso da PUC-Rio, é realizado estudo socioeconômico para verificar se o estudante tem perfil para receber a bolsa do ProUni. O processo é realizado após o resultado da seleção do MEC.

O critério de permanência no ProUni consiste em aproveitamento acadêmico mínimo de 75% das disciplinas cursadas, em cada período letivo. É permitida somente uma reprovação de disciplina por semestre. Apresentaremos a seguir dados sobre número de bolsas ofertadas pelo ProUni, em nível nacional, estadual (RJ) e municipal (cidade do Rio de Janeiro).

Tabela 3 - Bolsas ofertadas pelo ProUni no Brasil

Ano	Integrais	Parciais	Total
2005	71.905	40.370	112.275
2006.1	63.536	28.073	91.609
2006.2	35.162	11.897	47.059
2007.1	65.276	43.366	108.642
2007.2	32.355	22.857	55.212

Fonte: site do MEC/ProUni/Dados Estatísticos/ Quadros informativos

¹³ O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998. É um exame individual para estudantes do ensino médio, tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante numa perspectiva de auto-avaliação, e ainda, tem como meta possibilitar a participação em programas governamentais de acesso ao ensino superior – ProUni. Fonte: <http://www.enem.inep.gov.br>

Tabela 4 - Bolsas ofertadas pelo ProUni no estado do RJ

Ano	Integrais	Parciais	Total
2005	6.869	3.052	9.449
2006.1	6.869	1.147	8.016
2006.2	4.855	368	5.223
2007.1	5.833	894	6.727
2007.2	2.923	403	3.326

Fonte: site do MEC/ProUni/Dados Estatísticos/ Quadros informativos

Tabela 5 - Bolsas ofertadas pelo ProUni na cidade do Rio de Janeiro

Ano	Integrais	Parciais	Total
2005	4.213	1.695	5.908
2006.1	3.948	270	4.218
2006.2	2.624	152	2.776
2007.1	3.342	227	3.569
2007.2	1.741	165	1.906

Fonte: site do MEC/ProUni/Dados Estatísticos/ Quadros informativos

As tabelas 3, 4 e 5, revelam alguns aspectos da dinâmica de execução do ProUni. Podemos observar na tabela 3, que o primeiro ano do ProUni, foi de grande oferta de bolsas, considerando-se que tenha sido o seu primeiro ano de adesão e implementação. Vale ressaltar que a diferença entre os semestres 2006.1/2006.2 e 2007.1/2007.2, pode ser entendida pela oferta de cursos nas IES, sendo maior no início de cada ano letivo, e reduzida no segundo semestre letivo.

A tabela 4 demonstra que a quantidade de bolsas do ProUni oferecidas para o Estado do Rio de Janeiro, representa 8 % do percentual total de bolsas. A tabela 5 apresenta a quantidade de bolsas oferecidas em relação a cidade do Rio de Janeiro, em média 4,4% das bolsas ofertadas pelo Programa.

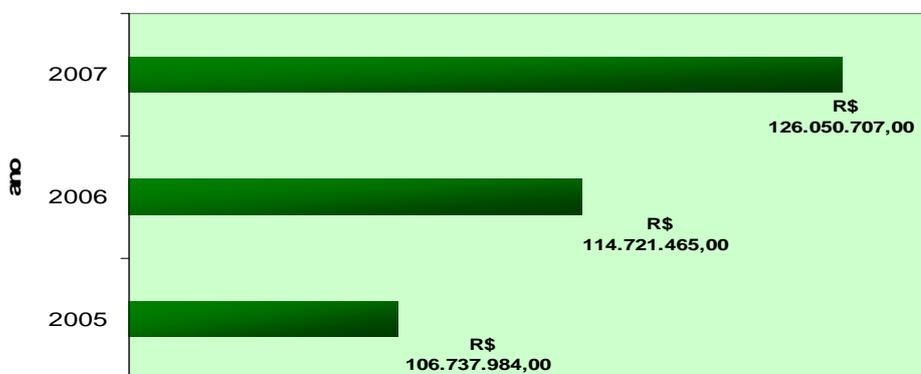
Tal constatação confirma as estatísticas nacionais, que ratificam a concentração de oferta do ensino superior privado, na região sudeste do País. Segundo Barreyro (2006), os dados de 2004, mostram que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste concentram os cursos do setor privado, sendo que, em sua maioria ministradas pelas IES comunitárias, confessionais e filantrópicas.

O ProUni é viabilizado financeiramente através da renúncia fiscal, uma prática instaurada desde a década de 90 em nome do controle do déficit público, como uma das propostas para a realização do ajuste neoliberal. Faz-se necessário, compreender no que consiste a renúncia fiscal relacionada ao ProUni.

“Em linhas gerais, a imunidade refere-se ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), ambos de competência do poder municipal, além do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRPJ) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (para imóveis localizados em zonas rurais), ambos de competência da União. As filantrópicas, além da imunidade, gozam da isenção da cota patronal da Previdência Social. Em contrapartida, exige-se a destinação de 20% da receita bruta em gratuidade.” [CARVALHO, 2006, p.983].

O valor da renúncia fiscal depende do nível de adesão e do tipo de instituição participante do Programa, sendo portanto, variável. O gráfico abaixo nos mostra o valor em R\$ (reais) o quanto representa a renúncia fiscal do ProUni, por ano de execução.

Gráfico 1 – Renúncia Fiscal concedida pelo ProUni



Fonte: http://portal.mec.gov.br/ProUni/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/renuncia_fiscal.pdf Acessado em julho de 2008.

Podemos perceber através do gráfico o quanto se gasta com o ProUni, e nos perguntar: Uma vez concedida a renúncia, como ficaram os outros gastos educacionais? Antes do ProUni, as IES filantrópicas, mantinham suas ações sociais que justificavam a filantropia. Com advento, do ProUni, como passaram a realizar suas ações e conceder bolsas de estudos?

No que diz respeito a PUC-Rio, antes do ProUni, ela já realizava um programa de bolsas que justificava a filantropia institucional, além de projetos Sociais, uma vez que se caracteriza como uma Universidade comunitária, o que se fez, foi adequar os diferentes tipos de bolsas ao Programa do Governo. Abordaremos o Programa de Bolsas de Estudos da PUC-Rio mais adiante.

Uma questão importante a destacar neste contexto se refere à forma como o Estado estabelece relações com o privado. No caso do ensino superior, a filantropia é uma dessas práticas. Desta forma, legitima o processo de privatização dos bens públicos, uma vez que, transfere a responsabilidade do setor público para o setor privado.

Como já foi apresentado, as IES filantrópicas são obrigadas a aderir o ProUni, contudo, o conceito de filantropia é de grande importância, por se tratar de um tema presente no atual contexto das políticas sociais, e ainda, vai de encontro aos interesses do neoliberalismo em si, como uma das vias de transferência de responsabilidade pública para o privado, bem como, uma prática historicamente construída, e em alguns momentos, atrelada a assistência social.

Segundo Mestriner (2005), a filantropia está relacionada com a idéia de amor ao próximo e à humanidade, constituindo-se no campo filosófico, moral e de valores, contendo um caráter relacional no desenvolvimento das ações sociais e demais obras de assistência.

“[...] No sentido mais restrito, constitui-se no sentimento, na preocupação do favorecido com o outro que nada tem, portanto, no gesto voluntarista, sem intenção de lucro, de apropriação de qualquer bem. No sentido mais amplo, supõe um sentimento mais humanitário: a intenção de que o ser humano tenha garantida condição digna de vida. É a preocupação com o bem-estar público, coletivo. É a preocupação de praticar o bem. E aí, confunde-se com a solidariedade.”
[MESTRINER, 2005, p.14]

A filantropia e a assistência social no Brasil encontram-se entrelaçadas em alguns setores da sociedade, a partir da iniciativa privada de enfrentamento da questão social. A Igreja Católica é uma das pioneiras e maiores fomentadoras da

filantropia no Brasil, desenvolvendo suas ações desde o início da colonização do país. Ela imprime, em muitos casos, a ação desenvolvida em caráter de caridade e benemerência, ligada aos valores da instituição apregoados principalmente pela Doutrina Social da Igreja.

Mestriner (2005), afirma que a filantropia é por muitas vezes, identificada com a caridade quando atua na realidade social, correspondendo as “formas de ação assistencial de atores privados” [MESTRINER, 2005, p.16].

A assistência social, desenvolvida no setor privado caracteriza-se por iniciativas institucionalizadas em organizações sem fins lucrativos, geralmente voltadas para um público alvo específico. Porém, enquanto política pública, para Pereira (2001), a assistência social pertence ao grupo dos direitos sociais, pois tem como perspectiva a equidade e a justiça social, e requer assim, ações de intervenção do Estado. Enquanto componente da seguridade social, atua nas dimensões distributiva, protetiva e preventiva de situações de vulnerabilidade social.

Como visto, a assistência social possui características contraditórias, relacionadas ao campo público e ao privado. Segundo Mestriner (2005), “[...] a assistência social pública se voltou historicamente para a introdução de mecanismos de apoio às organizações, e não diretamente a população.” [MESTRINER, 2005, p.17]

A afirmação feita pela autora é confirmada por seu estudo, delineado por uma perspectiva de análise histórico-crítica da relação entre o Estado e as organizações filantrópicas ou sem fins lucrativos, com o objetivo de compreender os mecanismos adotados neste processo.

Uma das bases dessa relação, segundo a autora, é o princípio da subsidiariedade, utilizado pelo Estado para prover a assistência social no Brasil, fazendo com que ela transite entre o campo da solidariedade, da filantropia e da benemerência, através das instituições que historicamente se constituíram neste campo. Este princípio é básico para a Doutrina Social da Igreja, e consiste na limitação do Estado interventor, esse compreendido enquanto agente mediador das relações da sociedade com organizações que atuem na área social.

Seguindo o raciocínio, o Estado cria formas legais de transferir a responsabilidade pública para o privado, através da filantropia. Com o objetivo de compreender o processo histórico, podemos citar algumas características:

1. Período Imperial até 1889 – Filantropia caritativa, desenvolvida pelas obras voltadas para atendimento de órfãos, inválidos, enfermos, entre outros, realizadas por instituições religiosas;
2. Primeira República de 1889 a 1930 – Filantropia higienista, atendimentos divididos por especialidades, como por exemplo, crianças – asilos, orfanatos e internatos. Realizado por instituições médico-religiosas, início de um aparato legal – como por exemplo, Código de Menores – 1927;
3. Getulismo de 1930 a 1945 – Filantropia disciplinadora, instituições assistenciais, com influência das encíclicas papais, atendimentos divididos em: materno-infantil, educacional, proteção aos jovens, auxílios mútuos. Instituições Estatais: Departamento de Assistência Social de São Paulo – 1935, entre outras. Formação: Escolas de Serviço Social. Regulação estatal – Leis (Const. Federal de 1934);
4. Estado Democrático Populista de 1946 a 1964 – Filantropia partilhada profissionalizante, instituições criadas pelo Estado (SENAI, SESC, SESI) e movimentos comunitários. A regulação se dá através do que a autora chama de complexificação da burocracia;
5. Estado Autoritário de 1964 a 1988 – Filantropia de clientela, realizada por organizações sociais, renovação Pastoral, CEBs, FUNABEM/FEBEM, entre outras. As ações são reguladas pelo Estado via convênios para assistência e isenção de impostos sobre importações;
6. Transição Democrática de 1985 a 1988 – Filantropia vigiada, aparecimento de Organizações Não-Governamentais - ONGs, Movimentos em defesa de direitos humanos;
7. Estado Democrático de 1988 a 1999 – Filantropia democratizada, expansão de Conselhos setoriais, ONGs, Centro de defesa de direitos e Fundações empresariais. Ações reguladas pelo Estado através de leis como: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Criação de Conselhos de Direitos, Lei de Filantropia (1998), Leis das OSCIPs (1999).

Com o advento do neoliberalismo, e suas propostas de ajuste para que o Estado diminua os gastos sociais, uma das formas de concretização é a transferência de responsabilidade pública para o privado, através da filantropia. As práticas filantrópicas, têm sido valorizadas no sentido de incentivar práticas

de atendimento e socorro aos pobres e “inadaptados” sociais, no sentido de não garantir o mínimo social.

“A filantropia, renovada pelo ideário neoliberal, amplia-se em múltiplos e diversificados campos, assumindo diferentes formas de ação e de prestação de serviços sócio assistenciais, sempre apoiadas em valores cívicos, altruístas e humanitários.” [YASBEK, 2002, p.413].

Não estamos defendendo aqui, o fim da filantropia, mas sim a garantia dos direitos sociais, previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, na Constituição de 1988, e nas leis complementares que regulam os direitos sociais. A filantropia tem o seu espaço, e acreditamos, que em muitos casos, realiza trabalhos que promovem o ‘ser humano’, numa perspectiva de respeito à dignidade da pessoa humana, apesar de não se tratar de direito.

A pobreza, a desigualdade social e a filantropia, categorias principais dessa dissertação, encontram-se relacionadas intimamente com o neoliberalismo na atualidade. Contudo, não quer dizer que um jovem, pobre, estudante do ensino superior privado, não possua formas de concluir uma graduação e transformar a sua realidade social. Se como vimos durante este capítulo, a pobreza é uma condição social, fundada na relação de exploração do capital pelo trabalho.

Acreditamos que a pobreza pode ser superada através da educação, que por sua vez, requer uma reformulação do quadro social vigente, no qual as práticas educacionais da sociedade devem exercer a função de transformar esse contexto.

Para Mézáros (2005), dois conceitos principais devem reger a transformação social, no sentido de criar ferramentas para romper com a lógica do capital: a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto realizadora. Desta forma poderemos romper com as práticas assistencialistas, de ajuda , e com demais formas de subserviência do homem ao capital.

O Projeto FESP, apesar de ser uma ação com base na filantropia, desenvolve sua atividade na perspectiva de oferecer subsídios para a transformação social, uma vez que, tem como objetivo garantir a permanência no ensino superior, o que pode ser constatado através de depoimentos dos fundadores do Projeto e dos alunos entrevistados na presente dissertação.

Para compreendermos essas idéias, práticas e concepções, realizamos um levantamento quanti-qualitativo do Projeto FESP, baseado em depoimentos de alguns fundadores e dados do número de alunos atendidos nos dez anos de sua história, o que veremos no próximo capítulo.